LEI Nº 293/2002
Data: 21.05.2002

SÚMULA: DISPOE SOBRE AÇÕES PRIORITARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA E POLÍTICAS DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO A SEREM EXECUTADAS PELO MUNICÍPIO DE SULINA – PR. PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2003 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Sulina, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas para o exercício de 2003, as ações prioritárias da administração pública municipal, diretrizes gerais para elaboração da proposta orçamentária e políticas de fomento e desenvolvimento, em conformidade com o Plano Plurianual, Lei Organiza Municipal, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e demais disposições legais que disciplinam a matéria.

Art. 2º - Tendo como objetivo a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, o Município de Sulina estabelece as seguintes prioridades que nortearão a elaboração do Orçamento Anual.

- I. ampliar e melhorar os serviços prestados na área social;
- II. assegurar o desenvolvimento e o crescimento urbano ecologicamente correto, de forma harmônica e preservar o meio ambiente natural buscando a qualidade de vida dos cidadãos;
- III. continuar modernizando a Administração Pública por meio da informatização, com o objetivo de prestar serviços com mais qualidade e eficiência.

Art. 3º - A proposta orçamentária será elaborada em consonância com as disposições constantes da Lei Complementar Nº 101 de 04/05/2000 tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão da receita:

I – Fornecida pelos órgãos competentes quanto as transferências legais da União e do Estado;

II – Projetada no concernente a tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a serem realizadas considerando-se os efeitos de alterações na legislação, variação do índice de preços, crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas do demonstrativo da evolução nos últimos três anos e da projeção para os dois seguintes e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Não será admitida reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo, salvo erro ou omissão de ordem técnica e legal.

§ 2º - As operações de crédito previstas não poderão superar o valor das despesas de capital constantes da Proposta Orçamentária.

Art. 4º - O montante das despesas fixadas acrescida da reserva de contingência não será superior ao das receitas estimadas.

Art. 5º - A reserva de contingência não será inferior a 1% (um por cento) do total da receita corrente líquida prevista e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 6º - A manutenção de atividades incluídas dentro da competência do Município, já existentes no seu território, bem como a conservação e recuperação de equipamentos e obras já existentes terão prioridade sobre ações de expansão e novas obras.

Art. 7º - A conclusão de projetos em fase de execução pelo Município, terão preferência sobre novos projetos.

Art. 8º - Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos.

Art. 9º - Na fixação de despesa deverão ser observados os seguintes limites, mínimos, máximos e destinará recursos para atender prioritariamente:

I – despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino não inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, incluídas as transferências oriundas de impostos consoantes o disposto no artigo 212 da Constituição Federal;

II – despesas com saúde não inferiores ao percentual definido na Emenda Constitucional nº 29 de 13 de setembro de 2000.;

III – despesas com pessoal do Poder Executivo Municipal incluindo a remuneração de agentes políticos, inativos e pensionistas e os encargos patronais não poderão exceder a 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida, se outro inferior não lhe for aplicável nos termos do artigo 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

IV – despesas com pessoal do Legislativo Municipal inclusive a remuneração dos agentes políticos, encargos patronais e proventos de inatividade e pensões não será superior a 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, se outro inferior não lhe for aplicável nos termos no art. 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000 ou da Emenda Constitucional nº 25;

V – o Orçamento do Legislativo Municipal deverá ser elaborado considerando-se as limitações da Emenda Constitucional nº 25;

VI – as despesas com serviços de terceiros no exercício de 2003 não poderão exceder, em percentual, em relação às receitas correntes líquidas, ao percentual efetivamente aplicado em idêntica relação, no exercício de 1999.

Art. 10 – os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente serão programados para a realização de despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida e outras despesas de custeio administrativo, operacional e das atividades continuadas.

Art. 11 – Além da observância das prioridades e metas fixadas nesta Lei, a Lei Orçamentária e os seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se estiverem adequadamente contemplados os projetos em andamento, salvo de existirem recursos especificamente assegurados para a execução daqueles.

Art. 12 – As despesas com ações de expansão correspondente às prioridades específicas indicadas no Anexo II, integrante desta Lei e à disponibilidade de recursos, as quais encontram-se ordenadas por órgão de governo.

Art. 13 – Na Lei Orçamentária a discriminação das despesas será efetuada por órgãos e unidade orçamentária de acordo com a classificação funcional programática desdobrada por categorias econômicas e elementos de despesa, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Único – A lei Orçamentária incluirá os seguintes demonstrativos:

I – da receita, que obedecerá o disposto no artigo 2º, parágrafo 1º da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64, com alterações posteriores;

II – da natureza da despesa para cada órgão e unidade orçamentária;

III – do programa de trabalho por órgãos e unidades orçamentárias, demonstrando os projetos e atividades de acordo com a classificação funcional programática;

IV – outros anexos previstos em Lei, relativos a consolidação dos já mencionados anteriormente;

Art. 14 – As emendas apresentadas pelo Legislativo que proponham alteração da proposta orçamentária encaminhada pelo Executivo Municipal, bem como dos Projetos de Lei relativos a Créditos Adicionais a que se refere o artigo 166 da Constituição Federal, serão apresentados na forma e no nível de detalhamento estabelecidos para a elaboração da Lei Orçamentária.

Art. 15 – São nulas as emendas apresentadas à Proposta Orçamentária:

I – que não sejam compatíveis com esta Lei;

II – que não indiquem os recursos necessários em valor equivalente à despesa criada, admitindo apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas aquelas relativas às dotações de pessoal e seus encargos e ao serviço da dívida;

Art. 16 – Poderão ser apresentadas emendas relacionadas com a correção de erros ou omissões ou relacionadas a dispositivos do texto do Projeto de Lei.

Art. 17 – A existência da meta ou prioridade constante no Anexo I desta Lei, não implica na obrigatoriedade da inclusão da sua programação na Proposta Orçamentária.

Art. 18 – É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação a título de “subvenções sociais”, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, que preencham uma das seguintes condições:

I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social; ou

II – atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no art. 61 do ADTC, bem como na Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Parágrafo Único – Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos três anos, emitida no exercício de 2003 por duas autoridades locais e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 19 – É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação a título de “auxílios” para entidades privadas, ressalvadas, as sem fim lucrativo e desde que sejam:

I – voltadas para ações de saúde, ou de atendimento direto e gratuito ao público, desde que registradas no Conselho Nacional de Assistência Social;

II – de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas de ensino fundamental;

III – consórcios intermunicipais de saúde, legalmente instituídos e constituídos exclusivamente por entes públicos;

IV – Associações Comunitárias de Moradores, devidamente constituídas e registradas no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca, no concernente a auxílios destinados a execução de obras e aquisição de equipamentos de interesse comunitário.

Art. 20 – A concessão de auxílios para pessoas físicas obedecerão preferencialmente os critérios estabelecidos pelos programas sociais que originam os recursos a serem aplicados, e no caso de recursos próprios do Município, será precedida da realização de prévio levantamento cadastral objetivando a caracterização e comprovação do estado de necessidade dos beneficiados

Parágrafo Único – Serão consideradas como carentes, pessoas cuja renda familiar, não ultrapasse 02 (dois) salários mínimos.

Art. 21 – A proposta orçamentária do Poder Legislativo Municipal para o exercício de 2003 devesse ser encaminhada ao Executivo Municipal, para fins de incorporação a proposta geral do Município até a data de 31 de agosto de 2002.

§ 1º - Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo ser-lhe-ão repassados pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês.

§ 2º - Até o dia 10 do mês subsequente o Legislativo Municipal deverá encaminhar ao Executivo Municipal, para fins de incorporação a contabilidade geral do Município, o balancete financeiro mensal e os demonstrativos analíticos das despesas realizadas.

Art. 22 – A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2003 será encaminhada para apreciação do Legislativo até dia 01 de outubro de 2002.

Art. 23 – Se o Projeto de Lei do Orçamento de 2003 não for remetido para sanção pelo Executivo até o dia 31 de dezembro de 2002, a programação dele constante poderá ser executada, enquanto a respectiva Lei não for sancionada, até o limite mensal de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação na forma do estabelecido na proposta remetida À Câmara Municipal.

Parágrafo Único – Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

Art. 24 – A execução orçamentária será efetuada mediante o princípio da responsabilidade da gestão fiscal através de ações planejadas e transparentes que previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social e outras, dívida consolidada, operações de crédito, inclusive por antecipação da receita e inscrição em restos a pagar, normas esta constantes na Lei Complementar 101, de 2000.

Art. 25 – Se, no final de cada bimestre, for verificado a ocorrência de desequilíbrio entre a receita e a despesa que possam comprometer a situação financeira do Município, o Executivo e o Legislativo Municipal promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios estabelecidos na legislação vigente e nesta Lei, dando-se assim, o equilíbrio entre receitas e despesas para fins de cumprimento da alínea “a”, I, 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 26 – Não serão objeto de limitação as despesas relativas:

I – a obrigações constitucionais e legais do Município;

II – ao pagamento do serviço da dívida fundada inclusive parcelamentos de débitos;

III – despesas fixas com pessoal e encargos sociais enquanto o Município se mantiver num patamar de até 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo para realização de dispêndios com pessoal constante do artigo 20 da Lei Complementar 101, de 2000;

IV – despesas vinculadas a uma determinada fonte de recurso, cujos recursos já estejam assegurados ou o respectivo cronograma de ingresso esteja sendo normalmente executado.

Art. 27 – Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, II, da Constituição federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, reposições salariais, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, observado o disposto no art. 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como, ainda, as disponibilidades financeiras do Município.

Art. 28 – Ocorrendo a superação do patamar de 95% (noventa e cinco por cento) do limite aplicável ao Município para as despesas com pessoal são aplicáveis aos Poderes Executivo e Legislativo as vedações constantes do parágrafo único, Inciso I a V do Artigo 22 da Lei Complementar 101, de 2000.

Parágrafo Único – No exercício financeiro de 2003, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa com pessoal houver extrapolado seu limite legal de comprometimento, exceto no caso previsto no art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição Federal, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Art. 29 – O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo Único – Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal ao órgão;

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.

Art. 30 – A Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar 101, de 2000.

Art. 31 – Ocorrendo a necessidade de se efetuar contenção de despesas para o restabelecimento do equilíbrio financeiro, os cortes serão aplicados, no seguinte ordem:

I – novos investimentos a serem realizados com recursos ordinários do Tesouro Municipal;

II – investimentos em execução à conta dos recursos ordinários ou sustentados por fonte de recurso específico cujo cronograma de liberação não esteja sendo cumprido.

III – despesas de manutenção de atividades não essenciais desenvolvidas com recursos ordinários;

IV – outras despesas a critério do Executivo Municipal até se atingir o equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 32 – Os custos unitários de obras executadas com recursos do Orçamento do Município, relativas à construção de prédios públicos, saneamento básico e pavimentação não poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário Básico – CUB, por m², divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção do Paraná, acrescido de até trinta por cento para cobrir custos não previstos no CUB.

Art. 33 – Serão considerados, para efeitos do artigo 16 da Lei Complementar 101/2000, na elaboração das estimativas de impacto orçamentário-financeiro quando da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que acarretem aumento de despesa, os seguintes critérios:

I – as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição Federal;

II – entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal 8.666, de 21/06/93 e suas alterações posteriores.

Art. 34 – Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I – considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;

II – no caso despesas relativas a prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 35 – Os Poderes deverão elaborar e publicar em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos o art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 36 – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos da Constituição Federal, a incluir na Lei Orçamentária autorização para:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação vigente;

II – realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação vigente:

III – abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) do total geral de cada orçamento, nos termos da legislação vigente;

IV – transpor, remanejar ou transferir recursos, de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, sem autorização legislativa, nos termos do inciso VI do art. 67 da Constituição Federal.

Art. 37 – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a custear despesas de competência de outras esferas de governo no concernente a segurança pública, trânsito, incentivo ao emprego, previdência e assistência social, Emater, Cartório Eleitoral, APAE, APMI, Sanepar, Conselho Tutelar, DETRAN, Casa Familiar Rural e outros órgãos Estaduais e Federais, mediante prévio firmamento de convênio.

Art. 38 – No decorrer do exercício o Executivo fará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre a publicação do relatório a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição Federal, nos moldes do previsto no art. 52 da Lei Complementar 101, de 2000, respeitados os padrões estabelecidos no § 4º do art. 55 da mesma Lei.

Art. 39 – O Relatório de Gestão Fiscal obedecendo os preceitos ao art. 54, § 4º do art. 55 e da alínea “b”, inciso II do art. 63, todos da Lei Complementar 101, serão divulgados em até trinta dias após o encerramento do semestre, enquanto não ultrapassados os limites relativos à despesa total com pessoal ou à dívida consolidada, os quais uma vez atingidos, farão com que aquele relatório seja divulgado quadrimestralmente.

Art. 40 – O Projeto de Lei Orçamentária demonstrará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2003, em valores correntes, destacando-se pelo menos aquela relativa aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Art. 41 – O controle de custos da execução do orçamento será efetuado a nível de unidade orçamentária com o desdobramento nos projetos e atividades cuja execução esteja a ela subordinados.

Art. 42 – Os orçamentos de fundações e os planos de aplicação dos Fundos legalmente constituídos, que poderão ter a sua gestão centralizada ou descentralizada a critério do Executivo Municipal, observarão as normas preceituadas na Lei Federal 4320/64 de 17/03/64, bem como as metas e prioridades especificadas no Anexo II desta Lei.

Art. 43 – Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com a administração direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e outros Municípios, destinados à cobertura de despesas de natureza institucional de outros entes da Federação.

Art. 44 – Os recursos recebidos pelo Município de Sulina, provenientes de convênios, ajustes, acordos e outras formas de contratos e/ou transferências efetuadas por outras esferas de governo ou pelo setor privado, deverão ser registrados como receita e suas aplicações programadas das despesas orçamentárias.

Art. 45 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, em 21 de maio de 2002.

JOSÉ NIVALDO STOFFELS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Em, 21/05/2002

ANEXO – I

ESTRUTURA ORÇAMENTÁRIA

ORGÃO	Unidade Orçamentária	ESPECIFICAÇÃO
01		CÂMARA MUNICIPAL
	01	Câmara Municipal
02		GOVERNO MUNICIPAL
	01	Gabinete do Prefeito
03		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
	01	Administração Geral
	02	Administração Financeira e Orçamentária
04		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
	01	Fundo Municipal e Desenvolvimento de Ensino Fundamental
	02	Seção de Educação
	03	Seção de Cultura e Esportes
05		DEPARTAMENTO DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL
	01	Fundo Municipal de Saúde
	02	Fundo de Assistência Social
	03	Fundo da Criança e Adolescência
06		DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANO
	01	Seção de Obras e Serviços Urbanos
	02	Seção de Serviços Rodoviários
07		DEPARTAMENTO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO
	01	Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

ANEXO – II

I – LEGISLATIVO

1- Agregar ações com vistas a dar continuidade e aperfeiçoar o processo legislativo para atendimento as matérias de competência municipal.

2- Adequar e modernizar os serviços da Câmara de Vereadores, com aquisição de equipamentos e material permanente.

3- Aprimorar os métodos de fiscalização financeira e orçamentária do Município.

4- Cumprir o que determina a Lei Organiza Municipal na parte do Poder Legislativo.

5- Promover e participar de simpósios, congressos e seminários.

6- Realizar Concurso Público e Manutenção do Quadro de Pessoal.

7- Atualizar o Regimento Interno bem como revisar a Lei Organiza do Município.

II – GABINETE DO PREFEITO

1 – Atividades do Prefeito e do assessoramento de gabinete;

2- Prover a assistência jurídica;

3- Assinar convênios, comodatos e contratos de interesse do Município.

4- Adquirir veículo novo para o Gabinete do Prefeito.

III – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1- Planejar, organizar, programar, coordenar, desenvolver, controlar e executar, observando as leis vigentes, o detalhamento das metas globais para o Município.

2- Manter o sistema de promoção e valorização do servidor público.

3- Incentivar o treinamento de recursos humanos.

4- Aperfeiçoar o sistema de planejamento, orçamentação e controle interno.

5- Coordenar e assessorar as atividades municipais.

6- Acompanhar o desenvolvimento das atividades programadas pela administração municipal.

7- Prestar contas dos recursos recebidos de órgãos oficiais e elaborar a prestação de contas anual do Município.

8- Contribuir com o alistamento militar e dar apoio a segurança pública através da Polícia Civil e Militar do Estado.

9- Efetuar pagamento de juros, encargos e amortização da Dívida Pública Municipal.

10- Compatibilizar o sistema de desembolso de acordo com as entradas dos recursos.

11- Manter a fiscalização das atividades empresariais do Município, com vistas a incrementar a arrecadação Municipal.

12- Manter o sistema de Processamento de Dados da Prefeitura Municipal, para agilizar os trabalhos internos de Contabilidade, Tesouraria, Tributação, Gestão de Pessoal, Administração, Educação e Agricultura.

13- Expansão de micros e terminais, e aquisição de novos programas software para melhorar a qualidade dos serviços.

14- Dar publicidade e divulgação dos atos da administração municipal.

15- Atender precatórios trabalhistas.

16- Integralizar ou participar no capital de empresas Públicas e Privadas.

17- Destinar subvenções sociais a Entidades e Associações comunitárias, legalmente constituídas.

18- Promover o abastecimento de energia elétrica com subsídios.

19- Adquirir veículos, móveis utensílios e equipamentos, objetivando satisfazer as necessidades dos diversos órgãos da Administração Municipal.

20- Adquirir terrenos urbanos, suburbanos ou áreas rurais.

21- Melhorar. Ampliar e reparar em próprios públicos.

22- Subvencionar e auxiliar entidades, associações e o Conselho Comunitário de Segurança de Sulina.

23- Transferir parte da arrecadação do FPM a Agência de desenvolvimento a título de contribuição no Plano de Desenvolvimento Regional.

24- Manter as atividades anteriormente criadas e implantar projetos e programas através dos órgãos da Estrutura Organizacional da administração municipal.

25- Contribuir, na forma da lei, com o Programa de Formação do PASEP.

IV – EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

1- Manter o ensino fundamental no Município, afim de garantir a permanência do educando na escola e melhorar a qualidade de ensino.

2- Coordenar o sistema educacional do Município baseado no “**PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS**”.

3- Promover a aquisição e distribuição de merenda escolar entre os alunos da rede municipal de ensino, afim de incentivar e melhorar a freqüência e aprendizado, com a implantação do projeto de municipalização da alimentação escolar, em convênio com o MEC.

4- Promover cursos e reuniões pedagógicas mensais com o corpo docente visando a elevação do nível de ensino aos alunos da rede escolar.

5- Manter contratos de parceria com o Estado visando o desenvolvimento do ensino fundamental prioritariamente no que se refere as quatro séries iniciais, a Pré-Escolar, a Educação Especial e ao Supletivo Fase I, atendendo ao disposto no Artigo 211, da Constituição federal e nos Artigos 179 e 186, da Constituição Estadual.

6- Ampliar, reformar e equipar o Ginásio de Esportes Municipal dotando-o de piso, cancha de bocha e boliche.

7- Implantar infra-estrutura com áreas cobertas ou barracões para a prática de modalidades esportivas nas comunidades carentes.

8- Construir, ampliar e reformar quadras esportivas nas unidades de ensino da sede do Município e nas escolas do Queixo da Anta e Sede Ouro.

9- Manter os programas suplementares de material didático escolar para alunos da rede municipal de ensino.

10- Manter o transporte gratuito no ensino fundamental.

11- Firmar convênios de parceria educacional com a SEED.

12- Dar apoio financeiro a estudantes que demonstrem e comprovem insuficiência de recursos, que freqüentam escolas profissionalizantes e, ou outras escolas fora do Município.

13- Implementar melhorando o kit escolar com sacola.

14- Continuar dando uniforme aos alunos, professores e servidores nas escolas de pré e quartas séries.

15- Adquirir equipamentos, acessórios e programas (hardware e software) para salas de informática nas escolas municipais.

16- Implantar a educação em tempo integral, com atividades sócio educativas, aproveitando estruturas já existentes nas comunidades e vilas do município através de assinaturas de termos de comodatos com a entidade ou associação detentora do domínio ou propriedade do respectivo imóvel, local este onde será implantado o programa.

17- Auxiliar estudantes acadêmicos no transporte de ida e volta até o local do campus universitários a que freqüentam.

18- Manter atividades culturais e musicais no Município construir, adquirir equipamentos e instalar um centro cultural na sede do Município.

19- Incentivar a preservação do patrimônio cultural e histórico do Município.

20- Manter as programações especiais de: Aniversário do Município, festividades alusivas ao colono e motorista, conagraçamento sudoestino, festival municipal da canção – FEMUCAN, Taça Iguaçu de futebol e Campeonatos Municipal de salão.

21- Promover intensivamente a prática de esporte intercomunidades e contribuir financeiramente com associações e clubes do Município que se apresentarem em competições de âmbito regional e estadual.

22- Manter o sistema de retransmissão do sinal de televisão no Município e aquisição de novos equipamentos;

23- Criar o coral infantil e continuar mantendo o coral municipal, promover a criação da banda municipal e possibilitar aulas de música com profissional habilitado.

24- Adquirir equipamentos, móveis e utensílios para o setor administrativo e burocrático da secretaria.

25- Ampliar a frota de veículos, e adquirir veículos para transporte escolar.

26- Adquirir equipamentos, móveis e utensílios para melhoria das condições físicas dos núcleos escolares, com efetivação de reparos nos mesmos, instrumentos de som, equipamentos esportivos.

27- Ampliar e equipar a Escola Municipal Arnaldo Busato – de 1º grau, de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental.

28- Implantar e aprimorar o Programa Bolsa Escola.

29- Expandir o espaço físico construindo mais dependências na escola da APAE e continuar mantendo-a.

30- Promover o aperfeiçoamento do pessoal administrativo, serviços gerais e merenda, no sentido de melhorar o Ensino Fundamental.

31- Manter o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino Fundamental e de valorização do Magistério.

32- Adquirir equipamentos móveis, livros e utensílios para biblioteca pública municipal.

33- Construir quadras para a prática de esportes, reforma, ampliação e conservação das existentes e implantar parques recreativos nos Núcleos Educacionais do Município.

34- Atender a alfabetização de jovens e adultos.

35- Construir e instalar mini-ginásios ou quadras esportivas nas comunidades do Município.

36- Executar melhorias no Estádio Municipal com vestiários, banheiros, arquibancadas, coberturas e outras incentivando o esporte.

37- Contratar professores formados em educação física, para a formação de escolinhas de handebol, futebol de salão e de campo, voleibol e basquetebol.

38- Incentivar o esporte amador, através da realização de campeonatos municipais, em todas as modalidades.

39- Participar de eventos regionais, jogos abertos do Paraná e jogos da juventude.

40- Apoiar a participação de estabelecimentos de ensino nos jogos escolares.

41- Manter o departamento de esportes em plena atividade, com criação de escolinhas em diversas atividades esportivas.

42- Fomentar a produção de eventos culturais tais como: feira do livro, teatro, danças folclóricas, gincanas etc.

43- Construir a Biblioteca Pública Municipal, equipá-la e acervá-la condignamente.

44- Construir um ginásio municipal na sede do Município.]

VI – FOMRNTO AGROPECUÁRIO

1- Desenvolver atividades de produção agropecuária, com a manutenção e contratação de técnicos no quadro de pessoal da Prefeitura.

2- Apoiar o desenvolvimento do setor agropecuário.

3- Manter a assistência e a extensão rural oficial, através de convênio com a EMATER.

4- Desenvolver atividades de apoio, treinamento de mão-de-obra e profissionalização rural.

5- Manter o Viveiro Municipal com essências florestais, frutíferas e de jardins, satisfazendo a demanda, incentivando o plantio de mudas florestais.

6- Promover o planejamento e execução de medidas preventivas de proteção do solo rural do Município.

7- Integrar os programas rurais em parceria com a União, o Estado e Cooperativas locais.

8- Apoiar o desenvolvimento da Agricultura com Subsídio de horas/máquinas.

9- Manter o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural.

10- Estimular e apoiar a formação de grupos formais e informais na constituição de associações de produtores rurais do Município.

11- Promover distribuição de calcário e sementes na base de troca com produtos aos pequenos agricultores.

12- Ampliar a assistência técnica aos agropecuaristas, firmando convênio com o CEFET, SENAR, ASSESSOAR, SEBRAE, CASA FAMILIAR RURAL, PRONAF, PROGER, ARCAFAR E Órgãos afins.

13- Subsidiar aquisição de novilhas, a produtores que possuem propriedades de até 20 ha.

14- Ampliar e reformar as instalações do Centro de Produção Animal e sua manutenção.

15- Implantar a Patrulha Mecanizada com aquisição de máquinas, caminhões, utilitários e equipamentos.

16- Subsidiar a construção de esterqueiras.

17- Adquirir Semens para Fomentar o Programa de Inseminação Artificial.

18- Adquirir equipamentos e materiais permanentes e manutenção geral da Casa Familiar Rural e das atividades dos respectivos departamentos.

19- Construir e instalar abastecedouros e depósitos para estocagem de embalagens; promover campanha preventiva contra uso inadequado de produtos agrotóxicos.

20- Estimular e apoiar empresas, feiras, criadores e interessados na compra e venda de animais melhorados, grãos, hortifrutigranjeiros, leite e derivados, artesanato rural e outros.

21- Manter e equipar a Secretaria de Fomento Agropecuário.

22- Promover cursos de capacitação dos técnicos da Secretaria.

23- Manter banco de dados referente a agropecuário do Município.

24- Manter o programa de controle da formiga cortadeira.

25- Dar continuidade a execução do Plano de Desenvolvimento Rural do Município.

26- Conscientizar e estimular o agricultor sobre a importância da emissão da Nota Fiscal de Produtor.

27- Readequar estradas rurais em parceria com o Estado e conservar estradas estratégicas nas micro bacias.

28- Apoiar a viabilização de moinhos coloniais, agro-industriais comunitários e ou individuais caseiras.

29- Construir açudes, tanques, adquirir, transportar e comercializar alevinos e peixes vivos.

30- Construir e manter abastecedores comunitários em parcerias com associações de agricultores.

31- Incentivar a coleta, triagem e transporte de vasilhames de agrotóxicos.

32- Viabilizar convênios com órgãos Federais e Estaduais para execução de projetos/atividades e parcerias.

33- Coletar e efetuar a análise de solo, para pequenos agricultores (subsidiado).

34- Adquirir e distribuir calcário a pequenos e médios agricultores, em convênio com a SEAB/CODAPAR (subsidiado).

35- Apoiar a construção e instalação de estufas plásticas de horticultura.

36- Manter o programa de inseminação artificial para o gado leiteiro em convenio com a SEAB/CODAPAR (subsidiado).

37- Promover cursos técnicos, palestras e reuniões para agricultores, em parceria com a EMATER, SEAB/CODAPAR, SENAR, COASUL e outros órgãos ligados ao setor. (Incentivar e fomentar o associativismo nas comunidades).

38- Criar, apoiar e fomentar alternativas de renda para pequenos produtores rurais, através das atividades: hortifrutigranjeira, piscicultura, apicultura, erva mate, mandioca, agroindustrialização de produtos de origem animal e vegetal.

39- Promover o bem estar social através de construção e reformas de moradias, de programas de saneamento básico, educação a saúde, nutrição alimentar, aos pequenos agricultores.

40- Executar projetos para atendimento ao meio ambiente, em convenio com o Ministério do Meio Ambiente e IAP (florestas municipais), e outras, apoiando incentivando e estimulando a formação de ONG's voltadas à proteção do Meio-Ambiente.

41- Firmar convênio com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, para execução de projetos ambientais, e recuperação de áreas degradadas.

42- Instalar e apoiar o funcionamento do Fundiflor.

43- Viabilizar a construção de abatedouro municipal.

44- Apoiar e incentivar a instalação de agroindústrias.

45- Incentivar a agropecuária, piscicultura e hortifruticultura com o fornecimento de horas máquinas subsidiadas.

V – HABITAÇÃO E URBANISMO

1- Prestar os serviços de limpeza pública do perímetro urbano, de lixo, adquirindo maquinários, veículos e equipamentos para limpeza e coleta.

2- Manter e ampliar os serviços de iluminação pública no Município.

3- Manter os serviços de recuperação de asfalto e calçamento em ruas do perímetro urbano da sede.

4- Definir prazos e/ou construir calçadas e muros de arrimo nos passeios das ruas do quadro urbano.

5- Manter os serviços de sinalização de trânsito nas ruas do perímetro urbano da sede e placas indicativas nas localidades rurais do Município.

6- Manter os serviços de poda de árvores no perímetro urbano.

7- Executar pavimento asfáltico e com pedras irregulares na sede do município e nas Estradas Rurais Vicinais.

8- Manter o sistema de arborização e jardinagem nas ruas e praças da cidade.

9- Manter serviços topográficos e de engenharia para execução de projetos e acompanhamento de obras.

10- Promover desapropriações e ou aquisição de imóveis, urbanos e rurais se necessário, ao interesse e ou utilidade pública.

11- Efetuar e regularizar loteamentos.

12- Manter o serviço de atendimento nos postos telefônicos do Município, com extensão de ramais (particular) através de convênio com a TELEPAR.

13- Instalar rede de iluminação pública na sede do Município e na Praça da Prefeitura.

14- Construir calçamento poliédrico na estrada vicinal que passa em frente ao cemitério municipal até a Associação de Pequenos Agricultores de Linha Bom Jesus.

15- Construir pista para ciclista e pedestres da sede até a localidade denominada Águas Termais.

16- Abrir e pavimentar ruas da cidade, com galerias pluviais e meio-fio.

17- Construir ponte sobre o Rio Capivara no quadro urbano.

18- Construir o portal municipal.

19- Construir abrigos de passageiros na Sede.

20- Construir bancos na praça da Prefeitura Municipal.

21- Readequar e manter o cemitério municipal.

22- Adquirir e ou desapropriar terrenos e as Águas Termais de Sulina, promover a concessão DE EXPLORAÇÃO DAS ÁGUAS TERMAIS à terceiros, visando incrementar o desenvolvimento turístico no Município, através de divulgação das Águas Termais e outros pontos atrativos existentes.

23- Adquirir imóveis urbanos e rurais, visando a ampliação e criação de áreas de proteção e bosques de modo a proteger e preservar o meio ambiente.

24- Promover a produção de Habitações Populares, apoiar o projeto "Casa Fácil e construção de casas populares através da COHAPAR e em outros programas habitacionais Estadual e Federal, dentro do Programa Morar Melhor e de fácil acesso a população.

25- Adquirir áreas para eliminar a urbanização de áreas ocupadas por famílias de baixa renda, notadamente ao longo dos Rios Forte e Capivara.

26- Implementar ações visando dar continuidade ao desenvolvimento industrial do município.

27- Viabilizar recursos materiais e financeiros para o desenvolvimento turístico.

28- Incentivar empresas que queiram investir no setor industrial e turístico do município.

29- Incentivar a construção de moradias através da concessão de horas máquina.

30- Apoiar o desenvolvimento e a implementação da infra-estrutura turística do Município.

VI SAÚDE PROMOÇÃO SOCIAL E SANEAMENTO BÁSICO

1- Promover a assistência médica, odontológica e sanitária através da rede municipal, composta pelas unidades de saúde, para atender a demanda do Município e campanhas de combate a verminose nas escolas e nas comunidades e manter campanha de imunização.

2- Efetuar a contratação de pessoal especializado para atender o setor de saúde, saneamento, vigilância sanitária e agentes comunitários, acompanhado de Cursos de Reciclagem quando da liberação da Regional de Saúde.

3- Manter as unidades de saúde, com pessoal equipamentos, móveis e utensílios e serviços adequados ao sistema.

4- Ampliar e reformar o Posto de Saúde da Sede do Município e adquirir equipamentos utilitários, moveis e utensílios e veículos.

5- Construir estação de tratamento de esgoto rede de esgoto com saneamento básico, depósito de lixo hospitalar, barracão para reciclagem de lixo e instalar e regulamentar aterro sanitário.

6- Proteger fontes naturais para combate a verminose e melhorar a potabilidade das águas.

7- Construir poços artesianos, reservatórios e redes de abastecimento de águas com ligações domiciliares.

8- Adquirir instrumentos e equipamentos ambulatoriais, odontológicos, cirúrgicos, raio X e veículos de apoio.

9- Manter convênios com hospitais local e regionais para assistência medica hospitalar para atender a demanda do Município.

10- Encaminhar ao serviço da rede especializada junto à ASSIMS (Associação Intermunicipal de Saúde)pacientes que necessitam de tais serviços.

11- Adquirir veículo para transporte de pacientes encaminhados ao serviço da rede especializada na região e quando necessário, para outros centros.

12- Desenvolver ações de saúde preventiva e curativa através de programas e atividades, específicas.

13- Garantir apoio para manutenção e funcionamento adequado da Unidade do Fundo Municipal de Saúde.

14- Promover ações que possibilitem reduzir a mortalidade materno e infantil.

15- Prestar assistência médica à hipertenso, com fornecimento de alguns medicamentos e anti-hipertensivo.

16- Implantar Plano de gestão integrada de resíduos sólidos e saneamento ambiental.

17- Construir obras de contenção de enchentes.

18- Dar continuidade ao programa de carências nutricionais, através da suplementação de leite e óleo a criança desnutrida, fazendo acompanhamento de peso e vacinação pelas ACS e bem como, aderir ao Programa Bolsa Alimentação.

19- Proporcionar saúde escolar através do atendimento oftalmológico e de otorrino a todos os escolares que necessitem após triagem.

20- Proporcionar análises clínicas através de exames laboratoriais para os pacientes da rede básica de saúde, que são atendidos na rede pública.

21- Oferecer atendimento médico de urgência, emergência, após as 18:00 hs incluindo sábados, domingos e feriados.

22- Dar continuidade ao programa de execução de plantio de árvores nativas a beira do rio Capivara e Forte.

23- Canalizar e drenar os rios Capivara e Forte.

24- Viabilizar recursos necessários ao funcionamento do Fundo Municipal de Saúde e implantar e regulamentar o serviço de inspeção municipal dos produtos de origem animal – SIM/POA.

25- Manter e ampliar o Programa Saúde da Família.

26- Implantar programas que venham a beneficiar a população em geral

27- Executar projeto de desfavelamento no perímetro urbano.

28- Manter programas de assistência social e de prevenção a doenças as famílias de baixa renda do Município.

29- Manter programa de agasalhos.

30- Promover e desenvolver atividades que proporcionem a população carente ocupação remuneratória para a satisfação das necessidades básicas.

31- Auxiliar através de subvenções os clubes de assistência social do Município, Clube dos Idosos, Associações, APMI, APAE, ONG's.

32- Manter programas especiais em conjunto com a PROVOPAR.

33- Manter o estatuto do menor e do adolescente.

34- Adquirir áreas urbanas "Fundos de Vales" com o objetivo de reassentar prestadores de serviços e outras atividades que visem despoluir os Rios Capivara e Forte.

35- Apoiar as comunidades organizadas, com a construção de centros de convivência comunitários, tendo por objetivo, a fixação do homem no campo, evitando o êxodo rural.

36- Viabilizar recursos necessários ao funcionamento do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência e F.A.^{AS}.

37- Prestar atendimento à população de baixa renda, auxílios assistenciais e funerais, registro civil de nascimento, casamento, óbito e defensoria pública e passagens.

38- Construção de Creche e aquisição de equipamentos.

39- Ações de geração de renda e enfrentamento a pobreza.

40- Implantar o Programa de Saúde Bucal.

41- Construir Centro de Geração de Renda, Centro da Juventude, Centros Comunitários e outras obras de finalidade social.

VIII – TRANSPORTE

1- Planejar o desenvolvimento operacional, coordenar, executar e supervisionar os serviços administrativos e as atividades de apoio necessário ao equilíbrio no funcionamento dos serviços rodoviários.

2- Operacionalizar os serviços da oficina mecânica visando manter em bom estado de funcionamento os veículos e máquinas rodoviárias e os da administração da Prefeitura.

3- Manter os serviços de patrulhas rodoviárias nas estradas vicinais do Município sempre que necessário, para a manutenção de emergência das mesmas.

4- Restaurar e conservar a malha viária do Município em até 750 km.

5- Readequar e cascalhar até 300 km de estradas vicinais do Município.

6- Manter e construir ponte e bueiros necessários nas estradas vicinais.

7- Reequipar a oficina mecânica e o setor rodoviário com a aquisição de equipamentos, motores, aparelhos, máquinas, veículos, móveis e utensílios novos.

8- Construir muro de arrimo, no lote da oficina mecânica.

9- Pavimentar com pedras irregulares, estradas vicinais do Município; Estrada que liga a Sede do Município à Divisa com o Município de Saudade do Iguaçu, passando pela comunidade de Linha Areião, dar continuidade a pavimentação do trecho da Barra do Fartura e trecho que liga a sede do Município a comunidade de Sede Ouro até o Panorama.

10- Assistência financeira e projetos de infra-estrutura e serviços municipais.

11- Construir abrigos de passageiros ao longo das estradas.

JOSÉ NIVALDO STOFFELS
Prefeito Municipal